



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



A CONSTITUIÇÃO DO CAMPESINATO NA AMAZÔNIA E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO: O CASO DA COMUNIDADE DE SÃO BENTO NO ESTADO DO ACRE

FRANCISCO GOMES ANDRADE; ADRIANO ALBUQUERQUE MATTOS; JOÃO CAVALCANTE ARAÚJO;

EMBRAPA AGROINDÚSTRIA TROPICAL

FORTALEZA - CE - BRASIL

adriano@cnpat.embrapa.br

PÔSTER

Agricultura Familiar e Ruralidade

Título: A Constituição do Campesinato na Amazônia e suas Estratégias de Reprodução: o caso da comunidade São Bento no Estado do Acre.

Grupo de Pesquisa: 7 – Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo

O propósito deste artigo é refletir sobre o processo de constituição e de construção do estigma cognitivo que tem caracterizado o campesino como um indivíduo “incapaz”. Os argumentos desenvolvidos aqui estão fundamentados primeiro na desarticulação do seringueiro e, segundo, na reprodução das disposições na “nova” configuração, incorporadas que foram enquanto seringueiro. A análise procura mostrar que a estratégia utilizada por esses campesinos para se articular com a configuração geral não são os mecanismos normais do campo econômico. Essa questão tem sido ignorada pelo Estado com implicações que penalizam os próprios ex-seringueiros e a sociedade.

Palavras-Chaves: Campesinato; estigma; espaço social; representações sociais.

Abstract

The objective of this paper is to discuss the setting and construction process of cognitive stigma that has characterized the peasant as an “unable” person.

The arguments developed in this article are based primarily on the desarticulation of rubber tree plantation and, secondly, on the reproduction of placement of “new” configuration embodied as a rubber tree peasant. The analysis tries to show that strategy used by these peasants in order to articulate with a general configuration pattern are not the normal mechanisms of the economic issue, but mainly the grant of reproduction. This question is unknown by the State with complications that penalize previous rubber tree peasants and the beneficiaries.

Key Words: rubber tree, peasant, cognitive stigma, unable person.

1. Introdução

O propósito deste trabalho é explicitar o processo de constituição e as estratégias de reprodução do campesinato tendo como objeto a comunidade São Bento no Estado do Acre.

São Bento é uma associação, constituída por vinte e duas famílias, localizada no projeto de assentamento Boa Esperança, no município de Sena Madureira – AC, às margens do rio Macauã, afluente do Iaco. As primeiras famílias (ex-seringueiros que vieram de seringais do alto Iaco) receberam do INCRA, em 1984, lotes de terra, em média, de 100 ha. Seu sistema de produção é constituído pela produção de arroz consorciado com milho, após a colheita desses, planta o feijão e por fim a mandioca para produção de farinha, sua principal fonte de renda, e criação de pequenos animais. A caça e a pesca também fazem parte de suas atividades.

O fenômeno da pobreza do campesino é visto pelo Estado, como resistência às transformações, baixo grau de formação educacional e até mesmo como indivíduo indolente. Também, muitas vezes se imputa à ineficiência dos órgãos governamentais, responsáveis pela implementação das políticas públicas, como parte do problema. Mas a questão de fundo, é que, na visão institucional, esse contexto só pode ser transformado pela lógica do mercado, isto é, o campesino deve assumir uma postura essencialmente empresarial. Assim, a caracterização da pobreza e, obviamente, a sua remoção estão sujeitas às variáveis econômicas.

Estou querendo argumentar que por essa linha de pensamento, a realidade comunitária, como espaço integrado pelas dimensões econômica, social, cultural e ambiental fica negligenciado. Certamente, o enfoque neoclássico apresenta limitações que o impedem de captar e analisar as relações sociais presentes e as constitutivas da construção histórica desses lugares. Dessa forma, será abordado a transformação do espaço social acreano. Serão enfocados, ainda, o fenômeno da estigmatização e por fim as estratégias de reprodução.

As reflexões aqui elaboradas estão acentadas nos conceitos: espaço social, estigma, *habitus* e representações sociais.

2 A DINÂMICA DO ESPAÇO SOCIAL ACREANO

A trajetória da sociedade acreana é marcada por configurações¹ sociais extremas: das relações estabelecidas no extrativismo, como atividade única, às relações atuais, constituídas/inscritas numa pluralidade de cadeias e funções. Certamente, não se trata de um processo cognitivo, mas, como resposta às disputas nos campos político e econômico. Elias (1993, 194) leva-nos a compreender que as formações sociais não resultam da ação planejada do ser isolado, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem. Emerge, sim, da interdependência de pessoas, uma ordem singular, mais resistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem e, segundo ele, “essa ordem determina o curso da mudança histórica”.

Segundo esse autor, são vários os fatores que interferem no processo civilizador, reorganizando as relações entre os indivíduos e acompanhado de correspondente mudança na estrutura da personalidade do homem (ELIAS; 1993, 195). Pode-se, assim, pensar as configurações sociais sempre em termos de vir a ser, mas também constituindo os indivíduos.

Tratando das relações sociais, Simmel (1997, 266) chama atenção para o fato de que a teoria das relações entre os homens parece distinguir-se em duas, aquelas que constituem a unidade e outra que se contrapõe à unidade. Lembra que elas podem ocorrer simultaneamente, argumentando, ainda, que o conflito é uma via para se chegar à unidade. Dessa forma, o autor fundamenta sua tese, mostrando que o conflito é, na realidade, um modo de socialização; a contradição é uma maneira de se alcançar a unidade. Diz ele (1997, 267), “la sociedad necesita una relación cuantitativa de armonía y desarmonía, de asociacion y competencia, de favor y desfavor, para llegar a una forma determinada”.

Por sua vez, Elias (1993, 196) exprime que a direção da mudança de conduta está diretamente relacionada à diferenciação social, pela progressiva divisão de funções e pelo correspondente crescimento de cadeias interdependentes. Então, na medida em que, as funções sociais se diferenciam, aumentando a interdependência das pessoas, “a dependência recíproca de todos” torna-se mais uniformemente equilibrada. Quer dizer, portanto, que uma diferenciação restrita das funções implica precária estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. Ele (1993, 264) enfatiza que “a dinâmica da interdependência mantém o homem em movimento e pressiona na direção de mudanças em suas instituições, ou melhor, na estrutura global de suas configurações”.

Então, é possível compreender por que, durante as crises da borracha, o aparecimento de novas funções sociais, elevando as cadeias de interdependência e com isso a reorganização das relações humanas, o sistema de aviamento, explicado em detalhes, na segunda parte, foi sendo, paulatinamente, neutralizado.

Para explicar os efeitos estruturais, Bourdieu (2004, 51) diz que foi preciso criar a noção de campo de poder. Segundo ele (2004, 52), “é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão”. Assim, a orientação das mudanças depende do que essas lutas visam conservar ou transformar.

Por sua vez, Elias (1993, 264) sustenta que, atualmente como no passado, não são apenas as metas e pressões “econômicas”, tampouco apenas os motivos políticos as forças motrizes da mudança (todos os grifos e aspas do autor). Afirma, então, que os monopólios da violência física e dos meios econômicos de consumo e produção, juntos, “geram tensões específicas em pontos particulares no desenvolvimento da estrutura social, tensões que pressionam no sentido de sua transformação”. E mais, “formam o cadeado que liga a corrente que agrilhas homens entre si”.(Grifos do autor).

Referindo-se à complexidade das mudanças nos dias atuais, Elias (1993, 267) assinala que “as grandes mudanças que atualmente vivemos diferem em estrutura de todas precedentes, por mais que possam prosseguir-las e basear-se nelas”. A razão decorre do fato de que se tornou necessário

¹ - “O convívio dos seres humanos em sociedades tem sempre, mesmo no caos, na desintegração, na maior desordem social, uma forma absolutamente determinada. É isso que o conceito de figuração exprime. Os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas”. (ELIAS, 2006; 26).

lutar não só pelos velhos centros monopolistas de tributação e violência física, ou apenas pelos monopólios econômicos recentes ainda em formação, mas pelo controle simultâneo de ambos. Não obstante, diz ele, “certas semelhanças estruturais com a mudança que acabamos de descrever são encontradas em nosso próprio tempo”.

As elaborações, tanto de Bourdieu como de Elias nos oferecem elementos para compreensão das configurações que a sociedade acreana assume, desde de sua vinculação inicial ao capital comercial, utilizando a expressão “efeito de trava” empregado por Elias para representar a barreira que ele significou ao avanço da divisão de funções, alongando a cadeia da borracha como atividade única e, portanto, parece-me ser responsável pelo arraigamento do acreano a uma forma de vida identificada com a floresta e que originou o **acreanismo**. Essa questão será aprofundada com as informações da pesquisa de campo, em documentos históricos/oficiais, e, ainda, com uma revisão do pensamento de Elias. Outro ponto a ser aprofundado são as disputas, entre pecuarista e seringueiros/ecologistas, pela posse da terra, tomando Bourdieu como principal referência. No capítulo a seguir, procuro retomar essas questões mas numa perspectiva histórica.

2.1 Formação e transformação

O Acre, historicamente, está vinculado ao capitalismo internacional. A sua anexação ao Território nacional², como um dos marcos da sociedade brasileira, iniciou uma trajetória de lutas políticas e mudanças. Esse fato tem substancial influência no percurso da sociedade acreana, marcada por três momentos bem distintos (serão descritos logo a seguir) e que estão vinculados a acontecimentos internacionais.

2.1.1 – O primeiro momento: os primórdios da ocupação (1877 a 1920)

O Estado do Acre pertencia à Bolívia e era reconhecido pelo Brasil pelo do Tratado de Ayacucho³, de 1867. Já a partir de 1852, contudo a região começou a ser ocupada por brasileiros, intensificada a ocupação com a seca de 1877 no Nordeste, de onde procedeu o maior contingente populacional, sendo do Ceará a maior representação. Também chegaram sírio-libaneses, italianos, portugueses, espanhóis. Até essa data, os habitantes do território eram índios não aculturados.

A motivação que dá origem a essa imigração é a transformação capitalista gerada pelo progresso tecnológico. No contexto desta, está a indústria produtora de artefatos de borracha como grande demandante dessa matéria-prima encontrada em abundância nas seringueiras nativas da região.

A vulcanização, descoberta por Charles Goodyer em 1839 impulsionou o ciclo da borracha. Essa matéria-prima passou a ter múltiplas e variadas aplicações em escala industrial: entre outros a fabricação de mangueiras, correias, calçados, vestimentas impermeáveis; mas a invenção do pneu em 1888, do automóvel, em 1895, e a massificação do uso da bicicleta, constituíram as bases para dinamização do comércio da borracha (CARVALHO, 2000; 22).

Com efeito, foram essas as condições que impeliram os interesses pelo domínio da região. Uma das primeiras medidas tomada pela Bolívia, em 1899, foi instituir a cobrança de impostos e fundar a cidade de Porto Alonso. Essas providências contrariaram os interesses dos brasileiros iniciando um período de conflitos. O Governo do Amazonas, interessado nas riquezas do Acre que também era um mercado das casas aviadoras de Manaus, enviou para região o espanhol Luiz Gálvez Rodriguez de Arias que chegando a Porto Alonso, mudou o nome para Porto Acre e,

² - A anexação formalizou-se pelo Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903.

³ Diz o tratado: “Desde o rio Madeira para Oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul 10 20` até encontrar o rio Javari. Se o Javari tiver as suas nascentes ao Norte daquela linha Leste-Oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari”.

em 14 de julho de 1899, proclamou a República do Acre. O Governo brasileiro, porém, respeitando o Tratado de Ayacucho, enviou tropas brasileiras que destituíram Galvez do cargo de Presidente e com isso a dissolução da República do Acre, em março de 1900.

Nesse mesmo ano a Bolívia enviou uma missão militar à região, mas, ao chegar a Porto Acre, os seringueiros brasileiros a impediram de prosseguir viagem. Essa decisão foi apoiada pelo Governo do Amazonas, que enviou uma nova expedição. Era a Expedição dos Poetas, que sob o comando do jornalista Orlando Correia Lopes proclamou em novembro de 1900 a Segunda República do Acre, tendo como Presidente Rodrigo de Carvalho. Os brasileiros, porém, foram derrotados pelos bolivianos e mais uma vez a República foi dissolvida.

No ano de 1901, o Bolivian Syndicate, constituído por um grupo de empresários de origem americana e inglesa, assinou com a Bolívia um contrato de arrendamento do Acre e assumiu total controle da região, inclusive militar. Essa foi a estratégia da Bolívia para ter o domínio do território, ainda que fosse indiretamente. Este fato tem grande repercussão no Brasil, pois a borracha saída do Acre não mais lhe pertenceria, além do que a presença desses grupos eram uma ameaça as suas fronteiras. Estava, definitivamente, estabelecido o conflito entre os dois países.

Pelas posições assumidas pelo governador do Amazonas, Sr. Silvério Néri, tinha, ele interesse em anexar o Acre ao Amazonas. E diante dos fracassos anteriores e da indecisão do Governo federal, os seringalistas insatisfeitos com a dominação boliviana e temerosos das conseqüências do Bolivian Syndicate, articularam nova revolta, novamente com financiamento do Governo do Amazonas, para cujo comando foi convidado um homem com experiência militar, o gaúcho José Plácido de Castro (ex-militar). Ao assumir a revolução, preparou um “exercito” de seringueiros (embora os oficiais fossem todos seringalistas) e começou a luta em 6 de agosto de 1902, em Xapuri. A luta armada se estendeu até 24 de janeiro de 1903, data de retomada do poder aos brasileiros e a 27 do mesmo mês Plácido de Castro proclamou a Terceira República do Acre.

Com a substituição, na República brasileira, de Campos Sales (1898/1902) pelo presidente Rodrigues Alves (1902/1906) mudou a atitude do Governo federal sobre o assunto. O Ministro do Exterior, o Barão do Rio Branco, ordenou a ocupação do território e foi nomeado o general Olímpio da Silveira para governar o Acre. Com as negociações do Ministro das Relações Exteriores, foi estabelecido o Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, que anexava o Acre ao Brasil. Pelo Tratado, a Bolívia recebeu 2 milhões de libras esterlinas, uma parte do Estado do Mato Grosso e a construção, pelo Brasil, da ferrovia Madeira-Mamoré, ligando os rios Mamoré e o Madeira em Rodônia, permitindo o escoamento da borracha boliviana (nunca foi construída conforme o plano inicial, pois problemas de doença – a malária – e condições climáticas foram os principais obstáculos). Também conflitos de fronteiras aconteceram com o Peru, que reivindicava todo território do Acre, porém, foi resolvido mediante o Tratado do Rio de Janeiro, em setembro de 1909.

O Acre estava, assim, definitivamente incorporado ao território brasileiro. Havia, entretanto, uma dúvida sobre se deveria anexar a região ao Amazonas, se transformar num estado autônomo ou se ficaria sob a responsabilidade da União. Além do mais, existia uma série de interesses em jogo. O Pará e o Amazonas disputavam o controle da comercialização da borracha. O Governo Federal, também, estava interessado nos impostos gerados pelas exportações. Por sua vez, seringalistas e seringueiro defendiam a autonomia do Acre, isto é, queriam o Acre constitucionalmente Estado da Federação brasileira. Diante dessas divergências, o Governo brasileiro criou o Território do Acre.

Ficava, então, o Território sob a administração do Governo Federal, tomando como primeira medida dividi-lo em três departamentos, independentes entre si: Alto Juruá, Alto Acre e Alto Purus. Tinha, ainda, o poder de nomear seus administradores que normalmente eram de outros estados, bem como recolher os impostos.

Esse ordenamento deu origem a tensões entre os “acreanos” e os administradores, surgindo os movimentos pela autonomia política do Acre. Esses conflitos se prolongaram até 1920, quando a administração foi unificada e administrada por um governador nomeado pelo presidente da República. Esse período foi caracterizado pelas revoltas, expulsões e vítimas fatais. Começaram

pela região do Juruá no oeste do Território, na fronteira com o Perú. A população em 1910 se revoltou contra o novo prefeito departamental escolhido para a região. Ele era acusado de irregularidades administrativas. Os juruaenses pegaram em armas e depuseram a autoridade federal, ocupando o poder por 100 dias. O Governo Federal chegou a mandar tropas regulares para combater os revoltosos autonomistas, mas o movimento do Juruá ficou isolado. Só em 1913 semelhante acontecimento ocorreu no Purús. Em 1918 foi a vez da luta autonomista chegar ao vale do Acre, em Rio Branco, que protestou intensamente contra a manutenção daquela absurda situação de subjução ao Governo Federal (NEVES; 2005).

2.1.2 Segundo momento: o extrativismo-sua organização e produção (1920 a 1970)

A organização do extrativismo ocorria pelo sistema de aviamento⁴, isto é, uma rede de relações que começa no homem (seringueiro) com a natureza e se estendia num espaço social que envolvia o local e o mercado internacional.

O regime de trabalho do seringueiro consiste no corte⁵, regularmente, de duas estradas, com cerca de 150 árvore cada, mas, em dias alternados, percorrendo, em média, 30 km por dia, uma jornada que se inicia às 3, 4 horas da madrugada e terminando por volta das 20 horas. A extração era feita no período não chuvoso, abril-outubro; as estradas⁶ estavam secas e não havia comprometimento da qualidade da borracha com água da chuva.

Era proibido plantar arroz, milho, feijão, mandioca, pois o seringueiro não podia dispensar tempo em outra atividade que não fosse o corte da seringa e era obrigado a comprar do barracão. Essa imposição prendia o seringueiro ao patrão pela dívida, que se iniciava já com a compra das passagens e quando chegava ao seringal com o fornecimento da ferramenta para extração do látex e o suprimento de alimentos para sua sobrevivência antes de começar a atividade. Assim, o “brabo”⁷ que já chegava endividado, destinava sua produção para pagar a dívida que só crescia pela manipulação dos preços, do peso da borracha, entre outros artifícios. Esse mecanismo, que se complementava com o isolamento, as dificuldades de transporte na região, a falta de opções de emprego e a severa vigilância implantada pelo seringalista impedia-o das fugas, fixando-o à atividade. Com efeito, essas condições se subordinavam à essência do aviamento: o poder do capital mercantil representado pelo barracão e a concentração fundiária, pois, o extrativismo só se viabilizava em grandes áreas de floresta, o que tornava impossível o acesso do seringueiro à terra.

A parte externa dessa organização completa-se com as casas aviadoras em Manaus e Belém, que forneciam os gêneros alimentícios, remédios e vestuário, entre outras necessidades à reprodução do seringal. Nessas cidades, havia, também, os exportadores que podiam ser os proprietários das casas aviadoras⁸ e/ou outros e, por fim, os importadores nos Estados Unidos e Europa.

Em síntese, a cadeia do aviamento estava estruturada com o capital mercantil, via casas aviadoras, aviando o seringalista, o qual, por sua vez, avia o seringueiro. As casas aviadoras, por sua vez, eram financiadas pelas casas exportadoras que, ligadas ao capital monopolista internacional, conformavam o nó mais forte da trama, sendo que o capital monopolista, em última instância, que estabelece os preços e controla o sistema de aviamento na medida em que é ele quem efetivamente financia o processo (PAULA; 1980, 14).

O Brasil monopolizou o mercado internacional da borracha até 1911 e a extração acreana representava um quarto da exportação brasileira e primeiro produtor nacional, com uma

⁴ - **Aviamento** consiste no abastecimento do seringal com produtos industrializados (alimento, tecidos, remédios, munição para armas de tiro etc.).

⁵ - **Corte:** é a extração do látex da seringueira e consiste num conjunto de cortes no caule da árvore em sentido inclinado para o solo.

⁶ - **Estrada** caminho aberto na mata onde se encontram distribuídas, naturalmente, as seringueiras

⁷ - **Brabo** é o novato no seringal, que necessitava aprender as técnicas de corte e se aclimatar à vida amazônica.

⁸ - **Casas aviadoras** estabelecimentos comerciais que abastecem o seringal com mercadorias e também compram a borracha.

produção de 11,5 mil t em 1912. Em 1913, no entanto, a produção oriental já superava a nacional. A partir daquele ano as exportações brasileiras decresceram rapidamente, de 42 mil t em 1912 caiu para 11 mil t em 1940 (CEDEPLAR; 1979, 42).

O período que foi de 1912 a 1940 foi marcado pelo declínio do extrativismo da borracha, uma vez que entrou em produção o seringal de cultivo da Malásia, graças às sementes levadas da Amazônia em 1876 por Henry Wichham e plantadas nessa colônia de domínio inglês. A produção brasileira de borracha não tinha como concorrer em termos de preços com a produzida na Malásia. Em 1910, a produção mundial de borracha nativa era de 62 mil t e a produção de cultivo somente 8 mil t. Já em 1920 a produção nativa caiu para 42 mil t, enquanto a de cultivo chegou a crescer quase nove vezes, atingindo 360 mil t. (PAULA; 1980, 9).

Com efeito, vários seringais na Amazônia foram à falência, flexibilizando as regras rígidas do barracão, liberando o seringueiro para produzir sua subsistência e negociar com o regatão⁹, até a chance que muitos tiveram e regressaram ao Nordeste. Essa “liberdade” representava manter o seringueiro na colocação¹⁰, com a perspectiva de uma retomada das atividades, a exemplo do que ocorrera com a política de valorização do café.

Vale salientar que a hegemonia da borracha tornava impeditivo o aparecimento de outras atividades. Nos períodos de crise, havia a coleta de castanha do Brasil foi importante para o seringal, ao ponto de garantir sua estrutura. Somente nos seringais do Vale do Purus é encontrado castanheira, no Vale do Juruá essa espécie está ausente. No período 1920-24, a produção foi de 231.930 kg, em 1940 alcançou 6.107.538 kg (CEDEPLAR; 1979, 46). O terceiro produto que foi importante para a economia acreana, exportado, por todos municípios, foi as peles e couros oriundos de animais silvestres cuja carne era consumida pelo seringueiro; e havia as culturas alimentares, sendo que a “sobra” era vendida ao regatão.

A Segunda Guerra Mundial significou novo ciclo da borracha, nominada *Batalha da Borracha*, motivado por uma série de fatores. Para Neves (2006, 1) em fins de 1941, “a guerra estava tomando rumos muito perigosos. Além de não conseguir conter a ofensiva alemã, os países aliados viam o esforço de guerra consumir rapidamente seus estoques de matérias primas estratégicas. E nenhuma situação era mais preocupante do que a da borracha, cujas reservas estavam tão baixas que o governo americano se viu obrigado a tomar uma série de duras medidas internas. Toda a borracha disponível deveria ser utilizada somente pela máquina de guerra. A entrada do Japão no conflito, a partir do ataque de Pearl Harbour, impôs o bloqueio definitivo dos produtores de borracha. Já no princípio de 1942 o Japão controlava mais de 97% das regiões produtoras asiáticas, tornando crítica a disponibilidade da borracha para a indústria bélica dos aliados”.

Por sua vez, a crise que se abatera no período anterior à guerra estrangulou o sistema de aviação e colocou em xeque a extração do látex dos seringais da Amazônia, em particular do Acre.

Os seringais desestruturados só contavam com cerca de 35.000 seringueiros em atividade e uma produção de aproximadamente 16.000 toneladas colhidas na safra de 1941.

Para atender a demanda de guerra, era necessário produzir cerca de 70.000 toneladas anuais de borracha e pelo menos 100.000 trabalhadores para obter essa produção. A Amazônia dispunha de potencial para atender, com folga, o consumo dessa matéria-prima pela indústria bélica; obviamente, fazia-se necessário remontar ao sistema extrativista. Nessa direção, firmou-se o acordo de Washington após várias rodadas de negociação entre os governos brasileiro e norte-americano. Este financiaria a retomada da extração, inclusive com a promessa de pagar por trabalhador instalado na colocação U\$ 100, que nunca receberam. Caberia ao governo do Brasil mobilizar os trabalhadores, transportando-os até os seringais (em Fortaleza estimava-se estar disponíveis 30.000 flagelados da seca), questão que passou a ser tratada como um heróico esforço de guerra e os futuros seringueiros chamados de *soldados da borracha* (NEVES, 2006, 3).

Foi criada pelos dois governos uma estrutura para apressar a transferência dos trabalhadores para Amazônia. A mobilização foi revestida de força simbólica e coercitiva que

⁹ **Regatão** negociantes fluviais que vendiam mercadorias aos seringueiros a um preço mais baixo que os do barracão

¹⁰ **Colocação** área do seringal onde morava o seringueiro e se extraía a látex (borracha).

aquele momento possibilitava. No imaginário popular, renasceu o mito do eldorado amazônico, “na Amazônia se junta dinheiro com rodo”. “Borracha para Vitória” era o bordão da mobilização; a propaganda oficial garantia passagem grátis e proteção pelo SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazônia). Na prática, entretanto, o contrato de trabalho assinado entre seringalista e soldado da borracha quase nunca foi respeitado, a não ser para assegurar os direitos dos seringalistas, como no caso da cláusula que impedia o seringueiro de abandonar o seringal enquanto não saldasse sua dívida com o patrão, o que tornava a maioria dos seringueiros verdadeiros prisioneiros de suas colocações de seringa (NEVES, 2006, 5).

Tão logo a guerra terminou, havia, segundo esse autor (2006, 6), “no ano seguinte, os Estados Unidos se apressaram em cancelar todos os acordos referentes à produção de borracha amazônica. Afinal de contas, o acesso às regiões produtoras do sudeste asiático estava novamente aberto e o mercado internacional logo se normalizaria”.

Em seguida ao apogeu da economia extrativista da borracha, vivida nos últimos anos de guerra e com a posição assumida pelos EUA, emergiu nova crise que definitivamente abalou as estruturas da cadeia do látex. Tal situação se prorrogou até início da década de 1970.

Naquele momento, também ocorreu, a conquista do ideal pelo movimento autonomista - o Acre Estado da Federação brasileira - que se iniciou logo após a assinatura do Tratado de Petrópolis. O Acre passou da categoria de Território a Estado por meio de projeto, transformado em Lei n 4.070, do então deputado federal José Guimard Santos. A 15 de junho de 1962 a lei foi sancionada pelo Presidente da República João Goulart e teve como primeiro governador, eleito pelo povo em outubro de 1962, José Augusto de Araújo, cassado pelo regime militar em 1964.

2.1.3 O terceiro momento: a reorganização das relações sociais (1970 -----)

No terceiro momento histórico, o espaço social acreano foi palco de grandes mudanças, que Carvalho (2000, 50) assim explicita: “nos primeiros anos de 1970, o seringal sofreu o seu mais duro golpe, quando o movimento de expansão da fronteira agropecuária atingiu a região, provocando grandes transformações na estrutura econômica, social e, especialmente, ambiental do estado do Acre. Esse movimento fazia parte da estratégia do governo militar para a ocupação da Amazônia, prevista no I Plano Nacional de Desenvolvimento, que buscava a integração física, econômica e cultural da região ao resto do país através da execução de um modelo de desenvolvimento regional, fundamentado no uso intensivo dos recursos naturais”.

As décadas de 1970/80 foram marcadas por uma reorganização das posições ocupadas pelos agentes no espaço social acreano. A desarticulação do seringal e política de modernização da agricultura brasileira desencadearam disputas por ocupação física e social desse espaço. O primeiro resultado da destruição criativa desses espaços foi o desaparecimento do seringalista e o surgimento do pecuarista, produtores de grãos e, por outro lado, a ressignificação do seringueiro que então se apresentou como autônomo.

Com efeito, a falência do seringal foi a porta aberta para entrada na Amazônia, e no Acre em particular, do grande e médio capital e daqueles produtores sem terra vindos do Sul, Sudeste e Nordeste. Esses grupos que chegaram ao Acre, culturalmente diferentes dos que habitam a região, se estabelecem conforme sua visão de mundo, suas tradições, formas de produzir, costumes e valores. Interessava-lhes remover a floresta e implantar uma agropecuária tida como racional, orientada pela ótica do cálculo econômico. Para o acreano, a floresta tem significado bem particular, conforme argumenta Rêgo, citado por Andrade et al (2001, 18), pois o modo de vida do seringueiro está estruturado na dependência e simbiose com a natureza, no conhecimento empírico e simbólico dos ciclos e recursos naturais. Assim, ele elabora um saber que suplanta a dimensão econômica. Acrescento, que é esse domínio que lhe confere segurança, ante os “estranhos”, dá-lhes poder e, portanto, é a razão de sua vida. Nos argumentos de Elias (1993, 211), essa convivência

tornou-se um hábito tão forte que o equilíbrio de sua personalidade estará ameaçado se abandonar essa interação.

A chegada dos imigrantes passou a ser percebida, pelos seringueiros, com reservas; eram chamados de “paulistas” qualquer que fosse sua origem (Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Mato Grosso). Compreendem que o novo modelo de exploração representa uma implosão do espaço físico ocupado por eles, portanto, este teria que ser removido para que se implantasse o sistema agropastoril. Certamente, a disputa pelos espaços ocorreu numa convergência de ações dos Governo do Estado com o Federal. Costa Sobrinho (2001, 81) entende que Wanderley Dantas, nomeado governador do Acre para o período 1971 e 1975, tinha claramente como projeto a transformação da economia que não inscrevia o extrativismo. Seu *slogan*, circulando na mídia nacional, era: “Acre a nova Canaã./Um Nordeste sem seca./Um Sul sem geadas./Invista no Acre e exporte pelo Pacífico”. Essa direção econômica implicou a aceleração das transferências dos seringais para os “paulistas” e num conseqüente desmatamento de grandes áreas de floresta para estabelecimento da pecuária extensiva, sendo o todo processo sustentado pelos incentivos e subsídios oferecidos pelo Governo Federal. A reação dos seringueiros foi procurar impedir o avanço dos desmatamentos, num movimento que ficou conhecido por EMPATE.

O resultado da política de ocupação acreana, para Carvalho (2000, 58) produziu uma tensão social que levou o Governo Estadual, em parceria com o INCRA local, “a definir uma nova orientação política com relação à questão fundiária, atitude que vai coincidir com a origem e o fortalecimento dos movimentos organizados da sociedade, envolvendo seringueiros, políticos progressistas, estudantes, sindicatos, pessoas de várias categorias profissionais, a Igreja, etc, todos preocupados com o clima de instabilidade e insegurança que se abateu sobre o território. O INCRA começou a restringir a ação dos grileiros e especuladores de terras, dificultando as transações de propriedades com documentação irregular. Por outro lado, o órgão reforçou sua atuação no estado, incrementando a política de assentamento de trabalhadores rurais, em resposta às pressões que os movimentos organizados exerciam em busca do acesso à terra para quem dela precisa para sua sobrevivência”. Os projetos de assentamento, porém, logo mostraram sua incompatibilidade com o modo de vida do seringueiro. Os seringais cortados em lotes (em torno de 100 ha) que mais se destinavam à agricultura, inviabilizavam o programa da Superintendência de Desenvolvimento da Heveicultura (SUDHEVEA) que buscava recuperar a produção de borracha dos antigos seringais.

No início da década de 1980, surgiram no Acre os primeiros passos do movimento ecológico, envolvendo, principalmente, profissionais das ciências agrárias e humanas. Ainda estavam em ordem crescente os conflitos pela posse da terra, mas a direção do foco era a preservação da floresta. Vale salientar que esse movimento tem raízes fora do Brasil, na Europa e EUA.

Se a floresta significa a reprodução do seringueiro, para os pecuaristas tinha que ser removida. Nesse embate, emergiram lideranças como a dos seringueiros Wilson Pinheiro, Chico Mendes, Marina Silva, entre outros. Um conjunto de forças, há pouco citadas, contrapôs-se ao avanço da pecuária extensiva, numa disputa que custou a vida de Wilson Pinheiro, morto por pistoleiros dentro do sindicato dos trabalhadores de Brasiléia, em 1980 e a de Chico Mendes, na cozinha de sua residência, em 1988.

A mediação dos conflitos pelo Estado, por meio das políticas públicas, como os tradicionais projetos de colonização, como já expressei, não é compatível com a cultura do seringueiro e por outro lado, vai de encontro ao pensamento ecológico.

Com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985, reunidos em Brasília, eles reivindicam que os seringais lhes fossem dados em concessão, acabando assim com aquele sistema de acesso à terra. Por outro lado, essa proposta visava a proteger a floresta contra as ameaças de desmatamento, para implantação da pecuária extensiva. Dessa discussão, aflorou a idéia de criação das reservas extrativistas como modo de reforma agrária para os extrativistas e que passou a ser entendido como “territórios destinados à utilização sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis”. (RUEDA, s/d). Foi com origem nesses debates que se consolidou no

Acre o movimento ecológico com uma proposta que se contrapôs a qualquer sistema de exploração que implicasse o desmatamento da floresta.

O atual ordenamento territorial do Acre tem 47,37% de seu território como áreas de proteção integral, e de uso sustentável, inclusive 13,2% de terras indígenas e 11,3% desflorestado. No período 1979/2004, o INCRA implantou 84 projetos de assentamento com 17.460 famílias, numa área de 1.588.931 ha. (PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, 2004-2007).

Em síntese, dados da economia revelam que a participação do setor primário no PIB do Estado era em 1970 40,8%, caindo para 16,7% em 1985; o secundário participava com 2,9%, passando para 23,5%, em 1985, e o terciário passou de 56,3% para 59,8%, em 1985. Chamam atenção os dados sobre a pecuária, tendo a área de pastagem crescido a uma taxa de 10% entre 1970 e 1989, sua participação na composição do ICM passou de 21,8% em 1975 para 43,2% em 1991, enquanto a da borracha, no mesmo período, caiu de 65,7% para 32,9% (COSTA; 1993, 7).

Resulta desse processo histórico um fato bem particular. A maneira de o acreano expressar seus sentimentos como “filho do Acre”, de perceber e avaliar a sua estrutura social, comumente conhecida por **acreanismo**, são disposições adquiridas desde a revolução acreana, dos movimentos pela autonomia, conflitos entre acreanos e “paulistas” traduzidos nos interesses em manter a floresta *versus* removê-la, o *status* de “soldado da borracha”. Suas referências são o rio e a floresta, conforme argumenta o Desembargador Arquilau de Castro Melo. Acrescenta o Desembargador, em sua entrevista ao jornal *Página 20*, “apesar desse sentimento forte (**acreanismo**), não discriminamos ou excluimos ninguém. Na maioria das vezes, quem chega adere a esse sentimento”. (PÁGINA 20; 2005, 1). Também se expressa na política, pois, mesmo com o poder econômico e muitas vezes com apoio político interno e externo os que vêm de fora nunca conseguiram governar o Estado. Na academia, pode-se observar esse sentimento. O Professor da Universidade Federal do Acre, Lucas Carvalho, há pouco citado, faz referência aos demais estados brasileiros como “restos”. Diz ele (2000, 28): “...o início da construção da rodovia BR-358 que liga o Acre e Rondônia ao *resto* do país ...”. O jornalista Elson Martins em entrevista ao jornal *Página 20* (2005, 3) comenta que “quando retornei, a cidade da minha memória estava desfigurada. A cadeia tinha se tornado um hotel de forasteiros, políticos e fazendeiros que estavam chegando. O Bar Cinelândia era o encontro deles para fazer negócios. Até o cardápio foi modificado para atendê-los”. O presidente da Federação da Agricultura do Acre, nascido em Ribeirão Preto, chegou ao Acre em 1978. Fala ao jornal *Página 20* (2005, 4), que vieram porque foram convidados para implantar uma atividade econômica nova em substituição ao extrativismo falido. Diz ele: “trouxemos, além das nossas famílias e recursos, uma atividade que, apesar das críticas, é a principal geradora de emprego. Além disso, pusemos na mesa dos acreanos a carne de melhor qualidade e a mais barata do Brasil”. Antônio Rufino de Lima, de Fortaleza-CE, chegou com 13 anos ao Acre, em 1948. Seringueiro na colocação “Esturro da Onça”, veio para Rio Branco em 1992, após a morte da esposa. Mora na periferia, no bairro Mauro Bitar e sobrevive do que venda num boteco e declarou ao mesmo jornal: “quero voltar (para o seringal) porque aqui no Acre, terra que eu amo, só sei ganhar dinheiro no seringal (PÁGINA 20; 2005, 4)”.

As disposições adquiridas parecem funcionar como reguladoras das relações de força do espaço social acreano. Nos anos 1970, havia a decisão política de modernizar a agropecuária, inclusive com a implantação do seringal de cultivo. Levantaram-se forças que desconstruíram esse propósito. A partir de meados dos anos 1980, as perspectivas políticas começaram a apontar noutra direção, tomando como eixo a concepção ecológica.

3 – A “nova” configuração e a reprodução das disposições

A mudança estrutural, ou seja, a desarticulação do seringal implicando na liberação dos seringueiros e a conseqüente apropriação do domínio da terra por eles não é percebida senão como a

liberdade conquistada. A terra tem exatamente esse significado, assegurar a liberdade e não como um meio para se inserir numa sociedade regida pelo lucro.

“No seringal a gente não tinha liberdade, vivia como escravo, não tinha nada, festa muito difícil, só vinha à cidade uma vez por ano e às vezes não podia vir, devendo ao barracão, mas aqui a gente planta tudo, vai vivendo melhor...”
(membro da comunidade).

Dispor, livremente, da terra para produzir significa mudança de posição no campo de poder, mas também agora, numa relação direta com o mercado que contrasta com a vida no seringal em que o patrão era a única referência, ou seja, a cadeia de relações sociais amplia-se, numa complexidade de interesses explícitos e/ou implícitos. Contudo, reproduzem-se os conhecimentos incorporados, os vocabulários usados na comunicação entre eles e a timidez nas conversas com “estranhos”, além de predominar, visivelmente, o sentimento de inferioridade, a manifestação concreta do estigma, ideologicamente produzido pelo campo extrativista.

Seus sistemas de produção constituem-se do plantio de arroz consorciado com milho. Após a colheita desses, plantam o feijão e, por fim, a mandioca para produção de farinha (a principal fonte de renda) e criação de pequenos animais. A caça e a pesca também fazem parte de suas atividades.

Vive, a “nova” configuração, uma contradição com o campo econômico, uma vez que, a terra como meio de produção numa economia capitalista está voltada para o mercado, implicando em disposições correspondentes às suas exigências.

Bourdieu (2001a, 197) argumentando sobre o *habitus* como sistema de disposições para a prática, no caso da descontinuidade acima, entre posições e disposições, assinala que “os que eram justamente os mais bem adaptados ao estado anterior do jogo têm dificuldade de se ajustar à nova ordem estabelecida: suas disposições tornam-se disfuncionais e os esforços despendidos para perpetuá-las acabam contribuindo para enfurná-los mais profundamente no fracasso”.

Certamente, não que eles comungassem com as regras do jogo, da exploração, mas sim, pela incorporação de conhecimentos da realidade objetiva enquanto seringueiro, ou melhor, a marca e o domínio do campo latifundiário estão inscritos nas disposições deles, toda estrutura desse campo ainda pesa sobre suas decisões.

Eis a razão para agirem como agem, menos em sintonia com o campo econômico que com as preferências que lhes são próprias, não por resistência às regras dessa ordem social e mais porque não são eles sujeitos absoluto de suas práticas, ações que por serem produtos da relação entre o *habitus* e campo latifundiário, não estão fundadas nos princípios do jogo do mundo capitalista.

“A associação foi criada com ajuda do Padre Paulino, ele pediu a CPT para organizar que era para melhorar nossas vidas, conseguiu recursos para comprar óleo, açúcar, sal e vender mais barato pra gente, também conseguiu essa maquina pra bater arroz, mas ninguém se une. Cada um tem uma idéia, tem uma solução diferente pra nossos problemas”. (membro da comunidade).

“Aqui falta professor, não tem posto de saúde, a prefeitura não faz a estrada, o marreteiro compra nossos produtos por um preço de nada. Se o governo quisesse resolvia tudo, a associação não tem recurso. A associação foi criada para defender nossos direitos, mas a gente não vive unido, os animais às vezes invadem a roça do vizinho, no seringal isso não acontecia, tinha muita terra, aqui ninguém pode cortar seringa, apanhar castanha, os lotes tem poucas madeiras”. (membro da comunidade).

A associação tinha como secretário um produtor sem terra, que residia com a família, na casa do presidente, seu irmão.

“Ele sabe ler, é quem organiza os documentos da associação, toma conta da compra e venda que a associação faz (refere-se aos mantimentos) é uma pessoa que conhece muita gente na cidade, a gente não tem conhecimento”.
(membro da comunidade).

Trata-se de uma reprodução do seringal, o sistema de aviamento do barracão. Se, no entanto, encontram a liberdade, perdem o espaço. O individualismo desaparece nas trocas que realizam entre si, uma reciprocidade que funciona como estabilizadora das relações comunitárias. Quando a família não consegue a produção planejada, pede-a, por empréstimo, ao vizinho. Dividem, ainda, as sementes quando alguns deles não conseguem guardar. Recorrem aos técnicos para resolver seus problemas na cidade, relacionados com a educação, saúde, banco. Reúnem-se, semanalmente, para rezar o terço. Sempre antes e depois das reuniões, fazem preces. Não são sindicalizados por entenderem que o Sindicato não lhes traz benefícios. Não existe festa porque as moças foram todas para a cidade. Sempre afirmam que sabem tudo sobre produzir e normalmente reelaboram as tecnologias.

Uma expressão recorrente quando me reunia com os produtores da comunidade São Bento é: “tudo que vocês trouxeram pra gente é bom”. Este comportamento, a princípio entendido como “passivo”, na verdade, está a expressar uma visão de mundo construída numa posição do espaço social. Por sua vez, a individualidade reclamada, pelos produtores, como própria deles, pode ser vista no entendimento de que, ao se perceberem como iguais, jamais podem melhorar de vida, vale dizer, acham-se “incapazes” de, por eles próprios, de formular uma proposta que mude suas condições de vida.

A respeito das representações idealizadas, Goffman (1985, 43) chama atenção para aquelas de efeito negativo, em que os indivíduos assumem atitudes inferiores à que intimamente aceitam para si. Menciona o exemplo dos negros dos estados do sul dos Estados Unidos, quando às vezes são obrigados a assumir atitudes de ignorantes, indolentes. Diz ele: “estas impressões têm um aspecto idealizado, pois para que o autor seja bem sucedido deve apresentar o tipo de sena que leva a cabo os estereótipos extremos dos observadores sobre a pobreza infeliz”. Thompson (1999, 183), porém, ao tratar das formas simbólicas “convencionais”, abre perspectivas para outras incursões. Diz: “são produzidas, construídas e empregadas por um sujeito que, ao produzir e empregar tais formas, está buscando certos objetivos e propósitos e tentando expressar aquilo que ele ‘quer dizer’ ou ‘tenciona’ nas e pelas formas assim produzidas”. E chama atenção para o fato da complexidade do significado da forma simbólica, de que o sujeito-produtor pode ter tido intenções conflitivas, “inconscientes” ou simplesmente intenções não claras. Por fim, assinala que “o significado de uma forma simbólica é um fenômeno complexo que depende de, e é determinado por uma variedade de fatores”, certamente, o que o autor quis dizer ao produzir a forma simbólica é um desses fatores que pode ser de crucial importância. Enfatiza Thompson (1999, 185): “mas não é o único fator e seria um erro sugerir que as intenções do sujeito-produtor poderiam ou deveriam ser tomadas como a pedra de toque da interpretação”.

A vida em comunidade é, no cotidiano, feita de interações de pessoas que se conhecem, que têm algo em comum, vale dizer, estão construindo e reconstruindo suas realidades. Como nos lembram Berger & Lukmann (2000, 36), o mundo social “se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como tal por eles”. Significa, então, que estamos tratando de uma forma simbólica, é compartilhada pelo grupo, ainda que se trate de um acordo tácito.

Se “incapazes”, contudo, na relação com a natureza, elaboram um saber próprio. Desenvolvem um sentido de percepção capaz de identificar um solo de boa fertilidade – “aquele tem muita rama; terra que tem aricuri não produz nada”. Conhecem o costume dos animais silvestres e, por meio desse saber, garantem a sua reprodução. A representação que formulam da cidade é de um “saber superior” e, assim, incorporam seu estilo de vida como “incapaz”.

Com efeito, a “incapacidade” não é um atributo inerente ao ser humano, mas um valor incorporado que é, de certa forma, imposto. Ao se pensar na relação campo-cidade, em suas várias representações contidas na dicotomia tradicional-moderno, conforme vista em Bourdieu (2001b, 161), “é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado”. Dessa forma, o rural está numa posição hierárquica inferior em relação à cidade. A modernidade do urbano, representado pela indústria, concentração do poder político, econômico, científico, e por tudo o que lhe diz respeito, produz uma desqualificação dos saberes campestinos e indígenas que, vinculados aos processos naturais, são concebidos como atrasados.

O sistema de produção campestino é tomado, assim, como irracional. O cálculo econômico da racionalidade científica estigmatiza-o como “ineficiente” e por essa razão, deve ser substituído. Desse modo, posso argumentar que a estigmatização do processo produtivo é incorporada pelo campestino como “incapacidade” sua e até como algo natural.

Referindo-se ao estigma que funciona obstruindo rupturas, Goffman (1988, 16) leva a que se acredite que é “possível que um indivíduo não consiga viver de acordo com o que foi efetivamente exigido dele e, ainda assim, permanecer relativamente indiferente ao seu fracasso; isolado por sua alienação, protegido por crenças de identidade próprias, ele sente que é um ser humano completamente normal e nós é que não somos suficientemente humanos. Ele carrega um estigma, mas não parece impressionado ou arrependido por fazê-lo”.

Em Bourdieu, pode-se encontrar interessante explicação sobre o estigma e sua ruptura. Tratando do estigma regional, ele enfatiza que é mais um caso particular das lutas simbólicas em que os agentes podem estar envolvidos individual ou coletivamente. Na realidade o que está em jogo é a transformação ou manutenção das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas. Assim, quando os dominados estão em luta individualmente, não há outra escolha se não aceitar a definição dominante de sua identidade ou então a busca do que ele chama de *assimilação*, que supõe eliminar todos os sinais que façam lembrar o estigma e propor, via dissimulação, a imagem de si o menos distante possível da identidade legítima. (BOURDIEU, 2003; 127) Aqui, para o autor, os critérios de conquista da identidade dominante, como legítima, permanecem.

Já na luta coletiva contra o estigma, conforme assinala Bourdieu, há um esforço pela autonomia que ocorre, considerando não a supressão das características estigmatizadas, mas a destruição dos valores que as constituem como estigma. Para ele (2003,127), “abolir o estigma realmente implicaria que se destruíssem os próprios fundamentos do jogo que, ao produzir o estigma, gera a procura de uma reabilitação baseada na auto-afirmação exclusiva que está na própria origem do estigma, e que se façam desaparecer os mecanismos por meio dos quais se exerce a dominação simbólica”.

4 – A estratégia de reprodução

A “incapacidade” assumida pelos campestinos implica perceberem-se como iguais em todas as dimensões, como na política ou na sociabilidade, fazendo-os “individuais”, “passivos”, mas unidos na forma de pensar e entender o mundo, um do “conhecimento” e outro da “incapacidade”. Essa visão segmentada da realidade funciona como paralisia do pensamento, das práticas, costumes, modo de atuar, visão essa que o seringueiro tenta reproduzir no projeto de assentamento. São disposições adquiridas no cotidiano do seringal, estigmatizados pela “racionalidade” científica, materializada nas políticas públicas.

A passagem do extrativismo para uma exploração artificial implica mudanças comportamentais de várias dimensões. Requer uma relação direta com o mercado que contrasta com o seringal em que o barracão era a única referência. Na verdade, os projetos de assentamento trazem uma proposta de transformar o campestino num empresário, ao que ele resiste, quando garante que

sabe tudo sobre como produzir. O entendimento é de que a nova realidade cotidiana dos projetos de assentamento se apresenta, para os camponeses da São Bento, como um problema não encontrado no extrativismo do seringueiro e que, agora, eles não vêem outra saída senão aceitar a negação de sua identidade, embora, equivocadamente, o técnico perceba nessa atitude uma forma de “resistência” às mudanças. Na realidade, a “resistência” não passa de uma tática, consciente ou inconscientemente estabelecida pelo grupo, para a defesa de seu estilo de vida.

Essa resistência é chamada por Elias (1994, 172), ao estudar os processos de desenvolvimento social, de *efeito de trava*. Para ele, trata-se de um problema de *habitus* de natureza peculiar. Segundo o autor, “ao estudar os processos de desenvolvimento social, defrontamo-nos repetidamente com uma constelação em que a dinâmica dos processos sociais não-planejados tende a ultrapassar determinado estágio em direção a outro, que pode ser superior ou inferior, enquanto as pessoas afetadas por essa mudança se agarram ao estágio anterior em sua estrutura de personalidade, em seu *habitus* social”.

Esse caráter do *habitus* decorre do seu princípio gerador e unificador das práticas, atitudes, costumes e bens vinculados ao estilo de um indivíduo e que revelam a posição deste no espaço social (BOURDIEU, 2004, 22).

Sobre a sua manutenção por um agente ou classe de agentes, o pensamento de Elias (1994, 173) é de que “tem-se a impressão de que a solidez, a resistência e o arraigamento do *habitus* social dos indivíduos numa unidade de sobrevivência aumenta à medida que se alonga e encomprida a cadeia de gerações em que certo *habitus* social se transmite de pai para filho”.

Ao se perceberem como “incapazes”, definem suas lógicas para garantir a própria reprodução. Tacitamente, usam sua “incapacidade” para estabelecer um jogo com os técnicos. Como expresso a pouco, os técnicos são tomados como seus mediadores, mas nos limites que eles possam operar seu sistema de produção, pois, como dizem, “já sabemos tudo sobre como produzir”. Quer dizer, a tecnologia recomendada é percebida como ameaça à liberdade alcançada, à autonomia que não tinham no seringueiro, ou mesmo, ao equilíbrio estabelecido entre eles, pela reciprocidade que o grupo, tacitamente, criou e que possibilita recriar a unidade produtiva. Firmam, também, relações “clientelistas” com os políticos e participam de “programas assistencialistas”. Deste modo, a “incapacidade” reconhecida como valor negativo é convertida numa arma do grupo e, possivelmente, a única para se contrapor à dominação.

5 – Considerações finais

No caso dos camponeses da São Bento, o estigma deve ser entendido como um *habitus* cognitivo que se expressa pela “incapacidade”. Incorporado no campo de forças do extrativismo e adequado a ele por interesse dos dominantes, mas que, teve de se ajustar à configuração do assentamento por força do seu desajustamento à configuração mais geral, digo, à sociedade capitalista.

Assim, a política de reforma agrária do governo Federal delineada nos moldes tradicionais e com claro propósito de tornar esses indivíduos empreendedores rurais tem produzido mais problemas do que realmente gerado benefícios para esses ex-seringueiros.

6 – Bibliografia

ANDRADE, F. G. de, et al. Elementos de resistência ao desenvolvimento: o caso da comunidade São Bento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Brasília: SOBER, 2002. 1 CD ROM.

- BERGER, L. P. & LUCKMANN, T. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
- _____. Efeitos de lugar. In: A miséria do Mundo. Petrópolis: Vozes. 2001b.
- _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2004.
- CARVALHO, L. A. Colonização e meio ambiente: estudo de duas experiências de assentamento na Amazônia Ocidental. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP. 2000.
- CEDEPLAR. Migrações internas na Região Norte: o caso do Acre. Belo Horizonte. 1979.
- ELIAS, N. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v 2.
- _____. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. Ensaio & Escritos. Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- NEVES, M. V., Jornal Página 20. Rio Branco, 27/11/2005. (entrevista).
- _____, Jornal Página 20. Rio Branco, 18/04/2006. (encarte especial).
- PAULA, J. A. Notas sobre a economia da borracha no Brasil. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980. (Texto para discussão, N 9).
- PEDRO V. C. S. Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental. João Pessoa: Editora Universitária. 2001.
- THOMPSON, J. Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SIMMEL, G. Sociología 1. Estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza, 1977. (Biblioteca de la Revista de Occidente).
- SOBRINHO, P. V. C. Comunicação alternativa e movimentos sociais na Amazônia Ocidental. João Pessoa: Editora Universitária. 2001.
- SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA – ACRE. Plano regional de reforma agrária (2004 – 2007). Rio Branco: 2004.